

Vítor Oliveira Jorge
[Coordenador]

CONSERVAR PARA QUÊ?

8ª Mesa-redonda de Primavera

*Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto
nos dias 26 e 27 de Março de 2004*

PORTO·COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)
2005

CONSERVAR PARA NÓS – UMA ARQUEOLOGIA SOBRE-MODERNA NA ERA DA SIMULAÇÃO*

por

Gonçalo Leite Velho**

Sinopse: Este é um tempo que ainda estará por catalogar. Os destroços da modernidade.

Perdidos numa nova era, em que os meios proporcionam a aceleração. A era das redes, da informação, da simulação.

O valor mudou. Já não é definido nem pelo potencial de sobrevivência, nem pela valia de troca. Remete apenas para ideias, ícones, sinais, (valores).

Numa era que parece fugir desenfreadamente para a frente, o passado parece ter deixado de ter lugar.

Contudo, esta não é a era em que a arqueologia chegou ao seu fim. Bem pelo contrário. A desilusão como modernismo tem vindo a criar espaços imensos, que só agora começam a despontar.

É o esforço de um raciocínio partilhado para outras formas de fazer arqueologia, como por exemplo: a arqueologia da contemporaneidade, a arqueologia performance.

É o condicionar do meio (Médium) à acção pela imaginação. O objectivo não é a tecnologia em si (ou o seu uso) mas si o seu usufruto, o despoletar de cargas potenciais do pensamento pela comunicação. Este é um trabalho que tenta reflectir sobre a sobre-modernidade (no sentido do que se ergue sobre os escombros da era moderna). É um ensaio sobre a arqueologia na era da simulação.

Palavras-chave: Sobre-modernidade; simulação; valorização; (re)construção; identidade.

Abstract: This is a time that is still to be catalogued. The modernity remains. Lost in a new era in which the media allow acceleration. The information, network, simulation age.

The value as changed. It's no longer defined nor by its survival potential nor by its trade value. It is only linked to ideas, icons, signs (values).

In a era that seems to escape unbridle in front, the past seems to have no place. However, this is not the era were archaeology as arrived to its end. Quite the contrary. A delusion with modernity has come to create new ways of doing archaeology, as for example: contemporanity archaeology, performance archaeology.

* Este texto é escrito num momento dado, partindo (como em todos os textos) da cristalização e ordem de um "self" que estará sempre em movimento. Assim nele podem ser vistas influências de acontecimentos posteriores à Comunicação apresentada (enviando desde já um agradecimento muito especial pela paciência do Professor Vítor Oliveira Jorge perante o facto de termos ultrapassado os sucessivos prazos limite).

Note-se que uma das principais ideias aqui plasmadas segue o rizoma (tal como definido por Deleuze, Giles e Guattari, Félix 1976) e como tal estamos perante um "self" complexo e mutável que segue um movimento.

** Instituto Politécnico de Tomar.

It's the conditioning of the Medium to the action through imagination. The aims is not the technology by itself (or its use) but its usufruct, the defuse of potential charges of thought by communication.

This is a work that tries to reflect about the over-modernity (in the sense that it raises from the ruins of the modern age). This is an essay about the archaeology in the simulation era.

Key-words: Over-modernity; simulation; value; (re)construction; identity.

EPISÓDIO 1

1º plano – Conservar e Patrimonializar

A história da equipe de antropólogos que descobre uma tribo perdida no interior de uma ilha indonésia e que decide selar essa mesma ilha, de modo a que jamais estes possam entrar em contacto com o resto do mundo é um bom ponto de partida para o tema: Conservar para quê?

Para quê isolar esta tribo? Porquê tentar colocá-la numa espécie de lata de conservas, que ninguém deverá tocar, sob pena de estragar o prazo de validade. Estaremos a condenar ou a auxiliar? Teremos nós o poder de decidir o que é bom e o que é mau. Baseados em que motivos?

Conservar pretende uma cristalização no tempo, uma crença num eterno prazo de validade que evita a degradação.

Este termo recorda aliás uma outra excelente história retirada do campo da antropologia. Trata-se do povo Nacirema (Minner, Horace 1956).

Grande parte do sistema de referência deste povo encontra-se centrada na crença de que o corpo é um objecto degradante e degradado.

Assim possuem uma série de rituais muitos não hesitam em considerar como masoquista (aliás leva-os mesmo à introdução do conceito de etnocentrismo, pelo modo como consideram estranho todo o conjunto de rituais deste povo).

Um desses rituais consiste em que os elementos do sexo feminino, introduzam as suas cabeças em fornos, de modo a que consigam de algum modo evitar a degradação deste órgão.

Toda e qualquer secreção humana é vista como elemento de repulsa, uma vez que simboliza toda a degradação do corpo.

Possuem uma fixação oral, que os leva a introduzir na boca toda uma série de produtos, de modo a que esta fique purificada e não se degrade. Isto leva mesmo a que tenham todo um cerimonial agonizante, no qual um sacerdote (ou homem – santo – boca conforme o designam) aparentemente retira todo o mal concentrado neste órgão, utilizando para isso uma série de objectos metálicos.

Os cerimoniais diários de purificação do corpo (que supostamente evitam a sua degradação) repetem-se várias vezes ao dia, consistindo numa multiplicidade de variações.

Se o caro leitor começa achar estranho um pouco exótica toda esta fixação corporal no sentido de evitar a degradação, convido-o amavelmente a ler o nome deste povo no sentido da direita para a esquerda. Assim poderá observar como ele é notavelmente parecido em alguns aspectos com outro povo que habita a fachada atlântica da Europa: os Seseugutrop.

Todos tentam segurar o tempo, evitar os seus efeitos, ou seja, Conservar.

Este esforço, alimentado pela obsessão da não degradação, alcança desde a indústria alimentar, à indústria do Património.

A conservação do Património está intimamente ligada a dois grandes movimentos: o Renascimento, com todo o seu interesse no nascimento de uma nova antiguidade e a Época dos Luzes que introduz o carácter científico a esta busca pelo passado.

Esta nossa noção pelo acético, pelo puro, pelo original, tem muito haver com o que é o Património hoje em dia.

Relaciona dois elementos distintos: uma certa nostalgia por um tempo que existiu, época original do Homem Puro que se conjuga com a economia do consumo, centrada no desejo pelo Bem.

O círculo vicioso que estes dois elementos criam, fazendo com que queiramos ardentemente consumir tudo aquilo que nos transporta para a felicidade, sendo os elementos do passado, hoje representados pelas ditas “sociedades arcaicas”, objecto do desejo.

Esta associação entre “sociedade arcaica” e Bem (felicidade e bem-estar da humanidade), já parece claramente patente no movimento humanista.

Face ao nosso eterno descontentamento, ligado ao nosso ardente desejo de plenitude, queremos obsessivamente encontrar a solução.

Num primeiro momento tentámos encontrá-la no progresso. Ligado ao alvorecer do capitalismo do século XIX, ideias como evolução passam a fazer parte do léxico da nossa nova religião de salvação (herdeira do “Enlightment”): a ciência. Não existe exemplo mais ilustrativo do que o Positivismo, crença na era vindoura do bem-estar materializada no estado positivo.

Quando tudo isto falha, viramos em sentido contrário, cobiçando aquele alegre modo de vida do “arcaico”. Queremos de algum modo voltar para lá, conciliar todo o mal que nos tínhamos feito ao acreditarmos numa falsidade. Há que de algum modo reinstaurar a segurança de onde viemos, para que possamos repensar para onde vamos. Se o progresso era destruir o passado para a partir daí construir o Homem novo, esta nova era será a de construir o passado para de algum modo tentar encontrar o Homem (esse velho amigo, sempre tão bem-disposto). É um neo-humanismo.

Após a galáxia Gutenberg, era do vínculo à linearidade da escrita, avanço da esquerda para a direita, de cima para baixo, ninguém quer ficar parado.

Existe sempre a noção do avanço, ainda que não seja de progresso. Se não

podemos ir da esquerda para a direita, então avancemos da direita para a esquerda.

É a ideia da conserva sob a forma de ambiente, antiguidade, história viva e que contrasta com a visão de outros que no mesmo local apenas vêm um pedaço de rocha ou seja a natureza morta (esse pobres coitados que afinal ficaram parados no tempo a acreditar que o progresso é que os iria salvar, pobres tolos).

A nova obsessão é conservar, falsidade máxima pois aquilo que se pratica é construção e não conservação. Porquê construção? Porque nos virámos para aquilo que já não existe, se não numa ténue prova material. A ideia já não está lá, mas nós encarregamo-nos de a colocar lá.

Para alguns, os encarregados são aqueles que fazem a política do Património. Infelizmente não enxergam que todo e qualquer um que enceta uma acção, nomeadamente uma acção dita de “conservar”, é ele próprio um político que segue uma ideologia, que assenta num nível dos grandes movimentos das mentalidades. É sempre um agente, mesmo que possa proclamar-se manipulado. Fá-lo e é isso que o determina.

Conservar é manter no estado actual, “salva-guardar”. No caso de ser ruína, é ruína que fica.

Patrimonializar é o sentido de deixar legado, herança, Património (legado do pai para filho), algo que eventualmente pode ser construído (e que o tem vindo a ser).

Um Património em (re) construção é essencialmente um Património em simulação.

Salvagarde-se neste texto que nem todos os agentes agem assim. Seguindo uma lógica diferente, alguns existem que de facto conservam. Agem directamente sobre aquilo que resta em termos de ideia imaterial, remexem no património material e tentam reabilitar o passado, geralmente (quase que forçosamente) recente. É a busca da identidade que está próxima, que embora por vezes moribunda, ainda sobrevive e que com esforço é resgatada. Etnografia. É o trazer aquilo que existe de melhor em nós mesmos e retransportá-lo para o presente, deixando sementes para o futuro.

Trata-se de um trabalho efectivo no qual o importante é conservar para nós, para a nossa identidade, para aquilo que nos diz alguma coisa, trazendo algo que muitos pensavam não ter qualquer papel a desempenhar: a emoção.

A única maneira de justificar a conjugação simultânea de dois verbos distintos (Patrimonializar e Conservar) é utilizando o termo nós.

2º Plano – Cultura

Não adiantaria escrever mais uma frase batida. Dizer que “o Homem é um ser eminentemente cultural”. Mas eis que ela já cá está. E está porque é incontornável. A cultura define a nossa visão do mundo e esta descoberta já é tão velha quanto o termo etnocentrismo.

Daí que também há já algum tempo que sabemos que, só vemos aquilo que podemos ver, só acreditamos naquilo em que podemos acreditar e toda esta série de pensamentos.

As nossas escolhas dependem dele, ainda que, como Bourdieu e outros mostraram, existam essencialmente comportamentos, habitus.

Mas mesmo na lógica do dinamismo da acção prática, a acção é estruturada pela cultura, sendo a cultura construída na acção.

A ênfase entre um pólo e outro é tão antiga quanto o debate determinismo versus escolha livre. Após o pai dizer ao filho adolescente, “sê espontâneo”, conseguirá ele de facto agir assim?

Existe uma história que nos pode ajudar um pouco a reflectir sobre este tema. Até que ponto somos livres, temos escolhas, ou como acontece ao personagem deste episódio, estamos apenas livres na escolha de algo que é em si mesmo determinado pelas circunstâncias.

Na obra de Dostoiévski, os irmãos Karamazov dialogam entre si sobre a possibilidade da escolha livre, o dito livre arbítrio que nos seria dado por Deus. É uma matéria básica da religião e bem como daquilo que substitui esta nos dias de hoje: a ciência.

Nesse diálogo, um dos irmãos revoltados conta a história do grande inquisidor. É uma história que nos leva a pensar sobre as escolhas paradoxais a que estamos sujeitos e a interrogar sobre a liberdade da escolha no interior desses mesmos paradoxos que deriva das circunstâncias.

Conta então essa história que em plena época da Inquisição, Jesus Cristo regressa à Terra. De novo começa a pregar a sua mensagem, com sermões que apelam à simplicidade e à irmandade, praticando ocasionalmente alguns milagres.

Perante tais factos, J.C. é imediatamente preso e levado à presença do Grande Inquisidor.

Este acusa-o de três culpas, ironicamente todas elas cometidas aquando da tentação por Satanás.

A primeira culpa formou-se quando Jesus nega a possibilidade de transformar pedras em pão, para que possa matar a sua fome (relembremos que tinha acabado de passar 40 dias no deserto). Com este simples acto, refere o Grande inquisidor, é negada à humanidade a possibilidade de esperar por um milagre que a salve para sempre da fome e de todas as privações. Cristo condena a humanidade a não ter esperança em milagres.

A segunda culpa dá-se com a segunda tentação. Satanás desafia Jesus a atirar-se de um alto, pois por certo Deus enviará os seus anjos em seu socorro. Ao negar-se a saltar, Jesus nega a possibilidade da humanidade esperar uma salvação divina. Tal jamais acontecerá.

Por fim a terceira acusação. Na opinião do Grande Inquisidor a mais grave de todas. Quando Satanás diz a Jesus “Vês tudo isto que nos rodeia e aquilo que está para além do horizonte? Tudo isto pode ser teu. Basta que me cedas!”. Ao renegar esta oferta, Jesus comete o maior crime contra a Humanidade: a oportunidade desta viver em paz, sob o seu reino, eternamente.

Desde que Jesus partiu, a Igreja tem se esforçado por redimir todo este mal que ele fez, diz o Grande inquisidor. A Igreja restituiu a fé em milagres, na salvação eterna e na última vinda de Cristo para reinar sobre a terra.

“Com a tua presença, estragas tudo o que fizemos por ti nos últimos séculos. Como ousas aparecer de novo?!” Exclama o Grande Inquisidor.

Assim e perante a evidência das acusações, o Grande Inquisidor dá a escolher a Jesus a sua condenação. Ou morrer pelo fogo, tornando-se mais uma vez mártir, ou abandonar imediatamente a Terra, de modo a que tudo possa ser esquecido.

Perante esta escolha paradoxal, sob a qual seja qual for o caminho tomado, a Igreja poderá voltar ao seu trabalho, Jesus para olhando fixamente o Grande Inquisidor. O silêncio na sala só é quebrado quando Jesus manifesta nos seus actos a sua escolha. Lentamente dirige-se para junto do Grande Inquisidor, beija-o na face e abandona a Terra.

Este pequeno conto, ilustra o quanto estamos por vezes em escolhas paradoxais. É como quando nos transmitem o slogan sejam livres. Mas como? Agora parece que estou a seguir uma ordem. Se efectivamente o formos é porque estamos a seguir o slogan e logo, não o somos de facto.

Jesus Cristo não era refém do tribunal mas sim dos seus próprios actos. A sentença revestia-se de uma escolha que se analisarmos bem, era livre. Eventualmente para ser Cristo teria de ser um mártir e essa escolha estava ali bem presente, ou então, desaparecia de vez até que viesse para cumprir a sai promessa.

Para nós a cultura é este jogo paradoxal, no qual a escolha é sempre um caminho de opções, que contudo parecem extraordinariamente condicionadas.

Fazemos o que queremos, mas mesmo numa lógica dinamista, seguimos aquilo que são os nossos comportamentos.

Conservar é um acto de escolha. Como qualquer escolha é eminentemente cultural.

A razão da escolha passa essencialmente pela nossa noção de Bem. Analisamos a situação e enveredamos por aquilo que consideramos adequado logo o melhor dentro das escolhas possíveis.

Quando nos perguntamos “Conservar para quê?”, estamos a interrogar-nos sobre o papel que conservar tem na nossa cultura. Como “Conservar” é escolha cultural, só tem sentido para nós. Nós enquanto comunidade, enquanto cultura. O fundo do paradoxo é a cultura em que nós vivemos. Por essa mesma razão possuímos monumentos

históricos e damos valor a determinadas coisas face a outras. Na nossa memória só têm lugar as nossas escolhas com base essencialmente no gosto e quando emprego aqui este termo, não o emprego no sentido estético mas sim num sentido amplo baseado na cultura e que como todo o fenómeno cultural é justificado pelo próprio. No nosso caso actual empregamos essencialmente a justificação científica tentando ocultar a estética que estará sempre presente.

No fundo trata-se de uma análise de valor.

3º Plano – Valor

O valor é um dos eixos centrais da economia. No fundo está de mão dadas com o que caracteriza cada economia: o produto.

O produto é polimorfo, tendo mais do que um sentido.

Na economia de subsistência o produto vale pela capacidade que dá a cada um de sobreviver. O valor advém desse potencial, ou seja, se permite a sobrevivência ou não.

Na economia mercantil, o produto vale pelo seu potencial de troca. Deixa de ser produto, para passar a mercadoria.

Na economia de consumo no qual vivemos, não falamos já em produtos. Falamos em Bens. A noção de Bem é algo de intrínseco à sociedade de consumo em que vivemos. É o que lhe dá sentido. A razão do termo demonstra toda a lógica desta economia. Falamos de Bem como oposto ao Mal, ou seja, aquilo que desejamos versus aquilo de não desejamos. O desejo é a base da sociedade de consumo, sendo o valor atribuído por este sentimento. Aquilo que desejamos muito é o que consideramos que nos vem a dar o maior Bem (bem-estar, felicidade, saúde, etc). Assim atribuímos um valor tanto mais elevado consoante o Bem que achamos que aquele produto nos venha a dar.

Por fim passámos para uma época em que este valor passou para o campo virtual, onde se liga com os conceitos com que é conotado, passando a integrar o espaço da hiper-realidade, ou seja, da referência à referência da referência da referência...

Hoje todos aceitamos o valor do dinheiro, embora aquilo a que se referia inicialmente, a reserva de ouro do estado já lá não esteja (literalmente).

O valor das casas sobe perante as ideias a que se associam (luxo, moderno, tecnológico, etc). O espaço, o transporte, e outras evidências são apenas outras composições da hiper-realidade. Os “5 minutos do metro” podem ser a pé ou de carro.

Talvez o objecto material que melhor illustre esta virtualidade do valor seja o perfume.

O cheiro pode ser mais ou menos volátil (por vezes existem situações em que bem nos gostaria de apelar à sua volatilidade). Contudo verificamos que a indústria dos aromas assenta essencialmente na imagem do produto.

A estética do frasco de perfume é estudada à exaustão. Quem não se recorda da embalagem em forma de corpo masculino envergando um traje que evoca a t-shirt de um marinheiro? Contudo quem se recorda do seu efectivo aroma?

O perfume é a volatilidade da hiper-realidade, mas é também uma das melhores metáforas sobre o processo de transformação do valor e da sua realidade contemporânea.

O valor traduz-se pela crença nas propriedades benéficas que algo pode-nos trazer, elemento último que traz ao nosso alcance a Felicidade (Bem – sociedade de consumo).

A materialidade é o sentido último de felicidade, uma vez que acreditamos que esta pode ser conseguida através de uma mediação dos objectos materiais (Bem – sociedade de consumo).

É no seio deste pensamento que vamos encontrar a transformação do valor pela ideia que ele traz em si. Ou seja, mais do que a verificação do Bem que algo traz, temos sobretudo a associação entre a imagem de algo e a imagem de felicidade.

Este é o nosso momento. O valor é a materialidade de uma associação de ideias. Os objectos são o intermediário, a materialização do Bem. Deixaram o mundo real para passar ao mundo hiper-real, onde as significações vão sendo sucessivamente remetidas para significações anteriores até momentos em que se perdem completamente.

Dentro em breve já ninguém se lembrará de que uma nota vale ouro. Tal como deixou de fazer sentido fazer o “cash in” dessa nota, ou seja, trocá-la por ouro real, daquele que brilha e tudo. Os mercados cambiais já nem estão sujeitos à flutuação do padrão ouro.

O valor do património não escapa a esta realidade. É mesmo interessante ver como os lugares do património são os lugares da “valorização”.

O termo em si tem na origem uma forte conotação moderna, no qual existe um progresso, um futuro, um sentido de melhor. É a marca da felicidade moderna: “para a frente está o caminho!”, ou seja valorizar passava por tornar moderno o património.

No entanto como o signo não depende do objecto, mas sim do uso que se faz dele, resta-nos hoje essencialmente ícones que são utilizados com um propósito de Bem, mas que acabam por justificar o Mal.

É um tema complexo, que requer um estudo maior. Contudo verificamos que é de facto em nome de valores (supostamente) universais que se vão criando uma série de barbaridades. Aliás foi em nome desses mesmo valores que se criou a colonização (Dar novos mundos ao mundo!). Tal como a colonização, o processo de valorização falhou. Em primeiro lugar porque o valor com que se encheu determinados lugares foi

nulo (veja-se o Cda, excelente exemplo de quem espera que a materialidade faça tudo por si, num espaço que se torna vazio de conteúdos). Noutros caso porque os conteúdos foram feitos à lógica de valores modernos, os quais apostam numa visão única do mundo, isenta de reflexão e de experiência.

O trabalho chave está então por fazer. A verdadeira valorização passará pela promoção de conteúdos diversos (sentido plural da diversidade) que apostem na vivência (experimentação dadas as conotações torna-se um tema demasiado perigoso) e na reflexão.

Se existe algo que podemos tirar de lição da passagem à era da informação é que esta é uma das bases do valor (é considerado mesmo como o pilar valor = informação). Esta flui para além da materialidade, devido às possibilidades (e condicionamentos) proporcionados pelos novos Media.

É nesse sentido que avança a nossa proposta para um dos campos mais da arqueologia sobre-moderna (que se constrói sobre os restos da modernidade)

2º EPISÓDIO – UMA ARQUEOLOGIA SOBRE-MODERNA

1º Plano – Património

Que sentido faz uma arqueologia sobre-moderna na sociedade actual? É esta a base do raciocínio que aqui apresentamos.

Analisamos a era em que vivemos e quais os seus princípios. Vimos como vivemos numa era em que o valor se transmutou e em que última análise é a informação que conta e em última análise as ideias. Esta é a era do poder da imaginação.

Contudo convém notar que o ideal comum é ainda repleto de ideais modernos. É impossível que assim não fosse. A mutação é um processo que neste caso é lento, embora seja produzido em condições de aceleração.

Sendo assim a ideia principal sobre a qual teremos de nos concentrar será a da criação do Património.

Já num texto anterior apontámos para a noção de (re)construção. Essa ideia pode passar enquanto base do que é o Património.

O Étimo da palavra latina Patrimónium, tem ligações com Pater e no fundo o significado original diz respeito ao legado que se o Pai deixava aos seus filhos. No fundo uma espécie de herança mas num modo mais alargado, pois Património tanto dizia respeito ao material como ao imaterial.

Património histórico seria então esse legado de memória, que se assume como “um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a

sua pertença comum ao passado(...). Na nossa sociedade errante, sempre em transformação (...) «património histórico» tornou-se numa das palavras chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade.” (Choy, Françoise; 2000).

Ou seja o património histórico assumiu-se como algo duplo, ao mesmo tempo legado e fonte de fruição e de prazer (vide Pierre Bourdieu 1998 e a visão do papel do turismo cultural).

O problema talvez não esteja no facto de que ele se tenha tornado um local turístico, atractivo e passível de ser fruído. O problema está em que neste caminho descaracterizarmos o património-legado para chegarmos ao património-turístico. É a base de um problema de identidade colectiva que surge quando passamos do signo ao icon. O que leva a um caminho no qual se passa do campo da identidade para o campo do consumo (vide Baudrillard, Jean; 1995).

É algo que tem haver em muito para este nosso tempo da Galáxia Gutenberg (vide McLuhan, Marshall; 1994). Vivemos na era da informação, a qual é produto da era anterior: a da escrita e da imagem.

No fundo o resultado é que a nossa memória e o nosso património actual passam sobretudo por estes dois meios mais sofisticados que são a escrita e a imagem. Para trás ficaram outros meios de transmissão da mensagem (neste caso do legado, ou seja do património) nomeadamente o monumento. É o problema do meio ser a mensagem.

No nosso caso, do campo científico em que nos movemos, o património passa em muito pelo resto material: o monumento.

Monumentum, advém do étimo *monere*, que significa advertir, recordar. Ou seja é um legado material para o futuro, que é construído enquanto tal. Ao planear um acto material monumentalizador, existe a utilização de um meio para a transmissão de uma mensagem, pretende-se que se recorde, que perdure.

O monumento histórico tal como é entendido actualmente tem o seu sentido num campo duplo: o plano da ciência e da arte.

Na ciência é visto como objecto de estudo histórico, discurso que dá um explicação actual para um sentido anterior, utilizando o método científico.

Arte porque é objecto de fruição, de apreciação estética, de prazer.

Uma vez que estes campo tendem a ser vistos como opostos (herança moderna), só recentemente se pode começar a conjugar estes elementos.

Temos um paradigma deste caso bem perto de nós: O Vale do Côa. Uma vez que se trata de um monumento histórico é:

- Objecto de estudo aprofundado
- Objecto de fruição

Como ganha o carácter de antiguidade, tem de ser preservado, sendo a sua fruição limitada a alguns tantos visitantes.

Ao limitar-se o acesso perante o valor mais elevado da ciência quebra-se por imediato o sentido de monumento.

Assim presentemente o Côa não é um monumento. Não trespassa memória. Está vazio de conteúdo. Para que ele se torne monumento, é necessário (re)construí-lo, tarefa facilitada pela materialidade existente, elemento fundamental pois é através dela que a hiper-realidade é efectivada.

Sobre o material gravura é exigido pelo ser humano o elemento imaterial: conteúdo.

Temos hoje em dia meios para tal. Os meios que temos ao nosso dispor hoje em dia são tão poderosos que exercem domínio sobre o cerne do pensamento: a imaginação.

Na era da simulação tudo é passível de ser vivenciado, experimentado, inventado (termo perigoso para alguns). O nosso maior problema passa pela escolha do que queremos adicionar sobre o elemento material. Essencialmente passa pela oportunidade que não tínhamos até aqui: podemos escolher a identidade que queremos transmitir.

Este poder imenso tem vindo a ser objecto de uso discricional através da ciência. Quando esse último lugar da legitimação moderna foi atacado abrimos o caminho para a pluralidade que necessariamente entra pela reflectividade. Estamos obrigados a pensar que passado queremos. Para os que se sentem à vontade na liberdade isto será maravilhoso, para os que necessitam de regras será odioso.

Mas existe sempre uma regra que será última: nós. É que o caminho que escolhermos tem de conduzir a um modo a que possamos proporcionarmos o melhor.

Na era da abundância o nosso problema está na escolha do que é: o melhor. Aí segue o terreno da democracia. Cada um poderá debater o seu propósito, só não poderá é legitimá-lo como visão única e exclusiva. É o alvor de um novo jogo para o qual temos de entrar conscientes dos benefícios e perigos das nossas ideias.

BIBLIOGRAFIA

- BAUDRILLARD, JEAN (1998). *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70.
- BOURDIEU P. (1998). « Art – Consommation culturelle », *Encyclopaedia Universalis*, CD-ROM.
- CHOAY, FRANÇOISE (2000). *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70.
- DELEUZE, G. E GUATTARI, F. (1976). *Rhizoma*, Paris: Minuit.
- McLUHAN, MARSHALL, *Understanding Media – Extensions of Man*, Cambridge, MIT Press; Reprint edition (original McLuhan, Marshall, 1969, Understanding Media, Londres: Sphere Books).
- MINER, HORACE (1956). “Body Ritual among the Nacirema.”, *The American Anthropologist*, 58: 503-507.

